

CARTA DE SALVADOR

50º ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORAS E PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX)

Sob a organização das universidades do Estado da Bahia (UNEB), Federal da Bahia (UFBA), Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Estadual de Feira de Santana (UEFS), Estadual de Santa Cruz (UESC), Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Instituto Federal da Bahia (IFBA) e Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOB), as pró-reitoras e os pró-reitores de extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) reuniram-se, presencialmente, no Campus da UNEB, em Salvador, para discutir o tema *Extensão: Consolidando Paradigmas no Ensino Superior*.

O fórum debateu assuntos como a consolidação da extensão universitária na graduação e pós-graduação, o financiamento e diagnóstico da extensão nas instituições, a revisão dos indicadores e as mudanças administrativo-acadêmicas trazidas pelas diretrizes da extensão universitária.

No contexto dos ataques às instituições constituídas, as IPES foram fortemente ameaçadas no que tange à autonomia, imagem institucional, credibilidade do conhecimento científico, orçamento e bases legais e constitucionais. Às vésperas da abertura do 50º Encontro Nacional do FORPROEX, o Governo Federal anunciou outro bloqueio significativo que inviabiliza o pleno funcionamento das instituições federais de educação superior.

Nesse sentido, a abertura do evento foi marcada por posicionamentos contundentes dos(das) dirigentes das instituições de ensino superior da Bahia, assim como do presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da representante da Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e do presidente nacional do FORPROEX, sobre os cortes orçamentários executados pelo Governo Federal ao longo dos últimos 4 anos e, em especial, neste ano de 2022.

Em todo o evento, o fórum reafirmou o papel imprescindível da extensão universitária na formação cidadã e profissional dos e das estudantes das IPES, sendo urgente o compromisso dos governos federal, estaduais e municipais com a manutenção e o fortalecimento das políticas de extensão.

Sobre os paradigmas para a consolidação da extensão, as discussões apontaram elementos basilares para os quais as instituições precisam estar atentas,



como o fortalecimento do vínculo com a comunidade, por meio de suas ações, assim como o acolhimento, por meio da extensão, de pessoas que, de outro modo, não têm acesso às instituições públicas de ensino superior. A extensão se apresenta como ação potente das IPES que, pela dialogicidade, estabelece uma relação com outros setores da sociedade e contribui para a melhoria das condições de vida e trabalho da população brasileira com vistas à transformação social, caminho esse que auxiliará o país a se livrar da barbárie, como a ocorrida, recentemente, em Aracruz-ES.

Nas pautas principais do Encontro, foram encaminhadas questões estratégicas sobre os grandes temas de interesse nacional para a extensão. Dentre elas, os gestores e gestoras compreendem como essencial que as IPES continuem na rota de alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em cumprimento a Resolução CES/CNE 07/2018 e construam estratégias de articulação da extensão com a pósgraduação e a pesquisa, na busca da correção de assimetrias sociais e na superação da fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão.

É consenso que, para viabilizar e consolidar os paradigmas democráticos das IPES, o Estado Brasileiro garanta as condições orçamentário-financeiras para a execução da extensão universitária, a partir da adoção de políticas que permitam a recomposição de recursos regulares para o funcionamento da extensão, recursos específicos para inserção curricular da extensão e outras fontes complementares.

O fórum também entende como necessária a construção de um pacto federativo para o ensino superior que articule os governos Federal, Estaduais e Municipais a fim de promover a distribuição orçamentária equilibrada e a execução das políticas públicas de combate a situações emergentes, como a erradicação da fome, o analfabetismo e a desigualdade social. É necessário ter atenção e cuidado especiais à estruturação das instituições federais conhecidas como "supernovas", criadas sem as condições adequadas para o seu funcionamento.

Tendo em vista os pontos abordados no 50º Encontro, o FORPROEX defende e propõe às instâncias devidas as seguintes pautas:

- A. Criação de coordenação/setor no Ministério da Educação que acompanhe a extensão universitária no país;
- B. Reinserção da extensão no Censo da Educação Superior, alinhada aos indicadores de extensão propostos pelo FORPROEX e endossados pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 461/2022), a ser conduzido pelo INEP a fim de fazer coletas dos dados da extensão;
- C. Reorganização da inserção social da pós-graduação a partir do envolvimento dos programas em ações estratégicas de extensão de desenvolvimento dos territórios;



- D. Estabelecimento de um pacto federativo entre estados, municípios e união para garantir o desenvolvimento de projetos integradores que envolvam instituições de ensino superior públicas (federais, municipais e estaduais e distrital) com outros setores sociais;
- E. Orçamentação regular da extensão universitária a partir de incrementos na matriz de distribuição orçamentária das instituições;
- F. Orçamentação urgente e específica às instituições para execução dos novos projetos pedagógicos aprovados pela inserção curricular da extensão e cumprimento do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014);
- G. Redimensionamento do PROEXT como programa de fomento complementar à extensão:
- H. Participação da extensão nas linhas de fomento das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e dos fundos públicos;
- I. Retomada dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculados ao PRONATEC (Lei 12.513/2011);
- J. Ampliação dos Programas de Formação Continuada de Professores, em cumprimento à meta 16 do Plano Nacional de Educação;
- K. Criação de linhas de fomento na CAPES e no CNPq para ampliar a atuação dos programas de pesquisa e pós-graduação em projetos de extensão em articulação com a graduação;
- Redimensionamento da FINEP para abarcar o fomento a programas de extensão e de extensão em interface com a pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento social nos territórios;
- M. Criação de ações interministeriais que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, e que estejam vinculadas a programas de distribuição de renda, como o Bolsa-Família;
- N. Criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão (PIBIEX) no MEC/CAPES:
- O. Representação de gestores/gestoras da extensão em espaços de diálogo e grupos de trabalho nos ministérios para construção de programas estratégicos de combate à fome e à desigualdade social, como também a promoção da saúde, do bem-estar social, da educação, do meio ambiente, da cultura, da segurança alimentar, da economia solidária, da promoção das mulheres, dos povos originários, das comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis.

O FORPROEX entende que a ampliação da extensão e de seu fomento nas IPES pode colaborar, substancialmente, para o cumprimento dos objetivos



fundamentais da República Federativa do Brasil, expressos no artigo 3º da Constituição Federal e convergentes com o Plano de Governo do Presidente Lula, em direção ao *Brasil do Futuro*, na medida em que – devidamente orçamentada - insira as instituições públicas de educação superior, com todo o seu potencial e corpo discente e de servidores, no aperfeiçoamento profissional de estudantes e, ao mesmo tempo, na transformação da sociedade pelo conhecimento científico e por tecnologias sociais que possam promover o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Salvador, 01 de dezembro de 2022.

Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras